ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **dwyXz73wNinL** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

EDUCAÇÃO, UM FATOR DECISIVO PARA O DESENVOLVIMENTO: O MODELO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE

Autores:
Luzinete Barbosa Lyrio - UNIFACS - Universidade Salvador - luzinetelyrio@gmail.com
Manoel Joaquim Fernandes Barros - UNIFACS- Universidade Salvador - manoeljfb@gmail.com
Ana Maria Ferreira Menezes - UNEB- Universidade do Estado da Bahia - ana_mmenezes@hotmail.com

Resumo:

O objetivo deste trabalho compreende fazer uma reflexão sobre a educação e o desenvolvimento no contexto de velhos problemas e novos desafios, e também trazer a experiência do modelo de implementação da política de alfabetização do município de Sobral/CE, enfatizando o entrelaçamento da educação com o desenvolvimento. O presente estudo se configura de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico e documental, de caráter analítico. Para atingir o objetivo proposto, percorreu-se o seguinte caminho: em primeiro lugar, expõe-se sobre o objetivo e a metodologia, em segundo lugar definiu-se educação e desenvolvimento, tratando dos velhos problemas e dos novos desafios; em terceiro lugar, discutiu-se o modelo de educação do munícipio de Sobral/CE e, por fim, apresenta-se as considerações finais. Os resultados apontam que, quando existem as garantias das oportunidades sociais, principalmente, no campo da educação, favorece sobremaneira o impacto de aumento na escolaridade, as melhorias na qualidade da educação e também o desenvolvimento socioeconômico.

EDUCAÇÃO, UM FATOR DECISIVO PARA O DESENVOLVIMENTO: O MODELO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE

RESUMO

O objetivo deste trabalho compreende uma reflexão sobre a educação e o desenvolvimento no contexto de velhos problemas e novos desafios, e também trazer a experiência do modelo de implementação da política de alfabetização do município de Sobral/CE, enfatizando o entrelaçamento da educação com o desenvolvimento. O presente estudo se configura de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico e documental, de caráter analítico. Para atingir o objetivo proposto, percorreu-se o seguinte caminho: em primeiro lugar, expõe-se sobre o objetivo e a metodologia, em segundo lugar definiu-se educação e desenvolvimento, tratando dos velhos problemas e dos novos desafios; em terceiro lugar, discutiu-se o modelo de educação do munícipio de Sobral/CE e, por fim, apresenta-se as considerações finais. Os resultados apontam que, quando existem as garantias das oportunidades sociais, principalmente, no campo da educação, favorece sobremaneira o impacto de aumento na escolaridade, as melhorias na qualidade da educação e também o desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Educação. Desenvolvimento. Política de Alfabetização. Sobral.

1. INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a educação é um fator decisivo para o desenvolvimento. O objetivo deste trabalho compreende uma reflexão sobre a educação e o desenvolvimento no contexto de velhos problemas e novos desafios, e também trazer a experiência do modelo de implementação da política de alfabetização do município de Sobral/CE, enfatizando o entrelaçamento da educação com o desenvolvimento.

Os velhos problemas estão relacionados com a ausência da oferta de educação infantil para todos os alunos da faixa etária 0 a 5 anos; deficiência na aprendizagem da leitura, escrita e números dos alunos do ensino fundamental; evasão e abandono, principalmente, dos alunos do ensino médio; falta de cobertura da oferta da educação em tempo integral para toda educação básica, carências de bibliotecas, laboratórios e equipamentos para qualificar melhor as aulas dentre outros.

Os novos desafios, pressupõe, trazer a baila uma efetivação de educação para assegurar todos os direitos sociais da criança, jovem e adolescentes na escola e na idade certa. Desta forma é fundamental garantir acesso a escola a todos os alunos da educação básica, uma infraestrutura ideal para ensino, livros

e materiais didáticos que favoreçam ao aprendizado, assim como as tecnologias educacionais, valorização dos profissionais de educação entre outros desafios.

Ao trazer a experiência do modelo de implementação da política de alfabetização do município de Sobral/CE, para este estudo, a intencionalidade é apresentar elementos dos novos desafios que impactam de maneira exponencial no processo de aprendizagem das crianças e também, enfatizar o entrelaçamento da educação com o desenvolvimento local e regional.

Assim, o presente estudo se configura de natureza qualitativa, que segundo Minayo (2016, p.25) o ciclo da pesquisa qualitativa para efeitos bem práticos divide-se em três etapas: 1) fase exploratória ; 2) trabalho de campo e 3) análise e tratamento do material empírico e documental. Do tipo bibliográfico, que de acordo com Gil (2014, p.50) a principal vantagem deste tipo de pesquisa reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. E também, tem um caráter analítico.

Para atingir o objetivo proposto, percorreu-se o seguinte caminho: em primeiro lugar, expõe-se a sobre o objetivo, os velhos problemas e os novos desafios da educação e a metodologia, em segundo lugar definiu-se educação e desenvolvimento, tratando dos velhos problemas e dos novos desafios; em terceiro lugar, discutiu-se o modelo de educação do munícipio de Sobral/CE e, por fim, apresenta-se as considerações finais.

2. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: VELHOS PROBLEMAS, NOVOS DESAFIOS

> A educação - que se tornou uma questão prioritária nas agendas científica, social, econômica e política - passa por uma transição extraordinariamente complexa, que pode decidir a evolução cultural das próximas décadas. Quase todos os políticos estariam dispostos a imitar Tony Blair, primeiro ministro inglês, quando ele disse: "Meu programa é reduzido a três palavras: educação, educação e educação". Ou José Mujica, presidente do Uruguai: "Vamos investir primeiro em educação. Em segundo lugar, na educação. E terceiro, na educação ». O governo de Néstor Kirchner na Argentina manteve a mesma coisa: "A educação é o principal vetor de mobilidade social e correção de desigualdades" (MARINA, s.d., p.2, trad. nossa)[1].

[1] *La educación —que se ha convertido en tema prioritario de la agenda cientíca, social, económica y política— pasa por un momento de transición, extraordinariamente complejo, que puede decidir la evolución cultural de los próximos decenios. Casi todos los políticos estarían dispuestos a emular a Tony Blair cuando dijo: «Mi programa se reduce a tres palabras: educación, educación y educación». O a José Mujica, presidente de Uruguay: «Vamos a invertir primero en educación. Segundo, en educación. Y tercero, en educación». Lo mismo mantuvo el gobierno de Néstor Kirchner en Argentina: «La educación es el principal vector de movilidad social y de corrección de las desigualdades»*

Conforme anuncia Marina, em seu livro *El bosque pedagógico y cómo salir de él*, a educação é um tema de profunda complexidade e muitas autoridades políticas destacam-na como prioridade, embora, nem sempre isso se confirme no exercício prático.

Para Papadopoulos (2005, p.20), a educação é,

> considerada como a chave da prosperidade econômica futura, como instrumento privilegiado da luta contra o desemprego, como o motor do progresso científico e tecnológico, como a condição *sine qua non* da vitalidade cultural das sociedades cada vez mais orientadas para o lazer, como ponta de lança do progresso social e da igualdade, como a garantia de preservação dos valores democráticos, ou como o passaporte para o êxito individual.

Dessa forma, faz-se necessário que a educação esteja no centro do debate econômico e político em inúmeros países, ainda que, muitas vezes, ela seja considerada como instrumento para outras políticas e não como domínio autônomo da ação governamental.

No Brasil, pode-se destacar, como marco da consciência social da educação, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, haja vista que os educadores liberais, que participavam da Associação Brasileira de Educação, defendiam ideologias igualitaristas, procuravam denunciar o papel da escola na discriminação social (denominada por eles segregação) e defendiam um papel equalizador para a escola.

Segundo Buarque (2000), a década de 30 é o primeiro marco na mudança de postura da sociedade brasileira em relação aos seus propósitos. Assim, a Revolução de 30 teve por objetivo reformar o tipo de estrutura econômica, no seu propósito, reorientando a economia brasileira, de exportadora agrícola, para industrial, voltada ao mercado interno.

Para Cunha (1980), da década de 30 até o inicio dos anos 60, Anísio Teixeira trabalhou intensamente dentro do Estado para que ele assumisse a tarefa de reconstrução social, utilizando para isso a escola pública, obrigatória e gratuita.

Em 1959, ocorreu o Manifesto dos Educadores, que reunia jovens professores, intelectuais, artistas e também agregava os educadores do Movimento dos Pioneiros de 1932. Esse Manifesto tinha como propósito sanar a dívida do Brasil com a sua juventude, uma vez que, nesse período, 50% da população encontrava-se analfabeta e a grande maioria da população estava fora da escola. Assim, conforme Romanelli (1987, p.179) registra sobre o Manifesto:

> (...) deixava um pouco de lado a preocupação de afirmar os princípios da Escola Nova, para, acima de tudo, tratar do aspecto social da educação, dos deveres do Estado Democrático e da imperiosa necessidade de não só cuidar o Estado da sobrevivência da escola pública, como também de efetivamente assegurá-la a todos.

No entanto, já se passaram 86 anos do Manifesto dos Pioneiros e alguns dos pressupostos continuam, ainda, sem serem concretizados. Hughes (2005) sublinha que ser privado da educação fundamental

é ser privado de instrumentos essenciais para a vida moderna, de competências e de instrumentos necessários para participar de um mundo tecnológico, onde o saber é um elemento essencial de transformação do meio onde os homens vivem. Dessa forma, Marina (s.d., p.7-8, tradução nossa) posiciona-se, afirmando que:

> A educação determinará o futuro, mas quem deve pensar em como essa educação deve ser? Tendo em mente que em todo o mundo a educação formal é um serviço público - um bem comum, como a Unesco apontou -, o papel dos Estados é muito poderoso, o que coloca problemas muito semelhantes aos que surgem na economia. Qual deve ser o papel do Estado e da sociedade civil no design educacional? A possibilidade de um acordo parece se confundir quando descemos da abstração para a realidade.[2]

Observa-se que o papel do Estado em relação à Educação no Brasil é apresentado, principalmente, nos textos legais de forma clara, com a expressão do desejo de uma educação universal, gratuita e obrigatória. Mas o próprio Estado reconhece não ser uma situação possível e desejável, essencialmente, por conta da extensão territorial, porque, nas regiões do país onde predomina a população de baixo nível de renda, os sistemas educacionais são insuficientes, conforme confirma Cunha (1980). Ele aponta um hiato entre a situação prevista pela ideologia oficial e a que os dados indicam. Destaca, ainda, que a Constituição de 1969 estabelece o ensino primário obrigatório dos 7 aos 14 anos e gratuito nos estabelecimentos oficiais. Também sublinha a Lei n° 5.692.71, no que concerne à obrigatoriedade do ensino de duração de 8 anos. Contudo, relaciona algumas carências conjunturais, como: dificuldade de acesso à escola, progressão na escola, produto da escolarização (inexistência de escolas em número suficiente, entrada tardia na escola, taxas elevadas de reprovação, intensa evasão), e qualidade do ensino. Essas carências estão assentadas nas regiões mais pobres e também nos setores de mais baixa renda da sociedade brasileira, cuja população tem menos chances de entrar na escola e, quando entram, o fazem mais tardiamente e em escolas de mais baixa qualidade.

Ranieri (2018) corrobora com o fato de que as taxas de expansão e a distribuição dos encargos de financiamento da educação não contribuíram, na prática, para estabelecer igualdade de oportunidade na educação. E, assim como Cunha, também realça que, dentre os fatores de impedimento de acesso à escola, estão:

> as elevadas taxas de repetição e evasão, a inadequação da escola às camadas mais pobres da população e a pressão das necessidades sociais que, no mais das vezes, impediam sua permanência na escola. A falta de qualidade das escolas públicas de 1° e 2° graus, ademais, resultava na reduzida possibilidade de aprovação dos seus egressos nas universidades públicas, em comparação com os alunos egressos das escolas privadas, em sua maior parte, de melhor qualidade. A redução das bolsas

---

[2] *La educación va a determinar el futuro, pero ¿a quién corresponde pensar cómo debería ser esa educación? Teniendo en cuenta que en todo el mundo la educación formal es un servicio público - un bien común, como ha señalado la Unesco -, el papel de los Estados es muy poderoso, lo que plantea problemas muy parecidos a los que surgen en economía. ¿Cuál debe ser el papel del Estado y el de la sociedad civil en el diseño educativo? La posibilidad de un acuerdo parece desdibujarse cuando descendemos desde la abstracción a la realidade.*

> de estudo contribuiu para agravar a situação, de maneira que a educação pública de qualidade era privilégio de poucos (RANIERI, 2018, p.27).

Essas informações só nos confirmam que as lacunas históricas são difíceis de correções. No que diz respeito ao aspecto legal, a Constituição de 1988 revela, dentre os diversos direitos sociais, reiterado no art.6°, que a educação é direito social. E, entre a legislação ordinária sobre a educação, merecem destaques o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n°8.069/1990, e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei n° 9.394/96. Conforme apresenta Ranieri (2018, p.29), são expressivos os avanços alcançados, principalmente, com a normatização: o direito educacional brasileiro incorporou princípios e diretrizes nacionais, definiu metas, vinculou recursos por meio da Emenda Constitucional n° 14 de 1996, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, posteriormente, com a Emenda Constitucional n°53, de 19 de dezembro de 2006, com a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (ROSSINHOLI, 2010).

De acordo com Ranieri (2018, p.45), a edição da Emenda Constitucional n°59/2009 foi uma medida de grande importância, porque ampliou:

> as responsabilidades da União, o aumento dos recursos destinados à educação básica, além da elevação dos anos de escolaridade obrigatória, [assinalando] outro ponto de inflexão na história da educação compulsória no País. Até 2005, o Brasil figurava entre os que tinham menor duração e ingresso mais tardio no ensino obrigatório, entre os países da América Latina e Caribe. Iniciando-se aos 7 anos de idade e com apenas nove anos de ensino obrigatório, estava abaixo da média de todas as regiões do mundo, exceto o Sul e o Oeste Asiático (Afeganistão, Bangladesh, Irã etc.).

Apesar de avanços em matéria de direitos e garantias educacionais, é fato que a educação ainda não chega para todos de forma equânime e, para além da universalização, ainda é imprescindível a promoção de aprendizagem; a melhoria da qualidade de ensino; a suspensão da evasão escolar; a instrumentalização dos profissionais da educação para o uso de novas tecnologias; a valorização profissional; o investimento na formação inicial e continuada dos professores; e a avaliação e monitoramento de dados, dentre outros. Esses pontos relacionados podem ser constatados na análise do Relatório do 2° Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE - 2018, apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A presidente do INEP, Maria Inês Fini, afirma, na apresentação do Relatório do 2° Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE-2018, que "Educação é direito. Educação é vetor imprescindível de progresso e equidade social" (INEP, 2018, p.10). Observa-se, nesse sentido, que as metas do Plano Nacional de Educação, Lei n° 13.005 de 2014, estão divididas em cinco grupos e no primeiro se encontram as metas estruturantes que tratam da garantia do direito à educação básica com qualidade, que assim promovam a garantia do acesso, da universalização do ensino obrigatório e ampliação das oportunidades educacionais, ainda longe, contudo, de serem atingidas em sua totalidade, consonante síntese apresentada a seguir. O segundo grupo aborda a redução das desigualdades e a valorização das diversidades, caminhos imprescindíveis para a equidade; o terceiro versa sobre a valorização dos profissionais da educação,

considerada estratégica para que as metas anteriores sejam alcançadas; o quarto grupo refere-se ao ensino superior; e o quinto grupo refere-se ao fortalecimento da gestão democrática e do financiamento.

De acordo com o Relatório de Monitoramento do PNE 2018, o cenário da educação ainda se encontra em estágio crítico, situa-se no contexto dos velhos problemas e dos novos desafios. Assim sendo, é imprescindível destacar que a educação depende de diversas variáveis, fatores para alavancar resultados significativos, a exemplo da: renda, política, ambiente educacional, educação familiar, dentre outros. Dessa forma, o Brasil precisa empreender grandes esforços na educação em todas as esferas para estabelecer uma melhor dinâmica para o seu desenvolvimento.

Cunha (1980) apresenta contribuições significativas fundamentadas em pesquisas e na legislação, e já sinalizava a ausência do ingresso dos alunos na escola devido a aspectos sociais, principalmente, no que se refere às desigualdades de atendimento e também da escolarização. Para além dessas questões, o autor ainda traz os aspectos da economia, cultura e política. Pode-se afirmar que, em 2018, o Brasil avançou em alguns pontos no que refere à educação, mas ainda existem questões muito basilares que precisam ser superadas, conforme são apresentadas nas metas do PNE.

Saviani apresenta a educação como eixo primordial do desenvolvimento econômico. Contudo, o autor denuncia o atraso da educação brasileira, principalmente, após a análise do legado educacional do século XX e do Sistema Nacional de Educação (SNE), em que afirma que "o Brasil não fez isso e foi acumulando um enorme déficit histórico, a tal ponto que ainda propõe como meta, em pleno século XXI, algo que os principais países resolveram no final do século XIX e início do século XX" (SAVIANI, 2016, p. 334). Coloca, assim, em relevo, o SNE, assegurando a toda a população uma educação com o mesmo padrão de qualidade:

> Entende-se o SNE como um grande guarda-chuva para dar cobertura aos 26 sistemas estaduais, do Distrito Federal e, no limite, aos 5.570 sistemas municipais que, além do mais, teriam a prerrogativa de aderir ou não a *posteriori* ao Sistema Nacional de Educação, em nome da suposta autonomia que lhes teria sido concedido pela Constituição (SAVIANI,2016, p. 334).

Segundo este renomado autor, principal fundador e o maior expoente na área da pedagogia histórico-crítica "O grau de educação é que faz a diferença; não é você ter coisa, não é o capital físico" (SAVIANI, 2010, p. 224-225).

Saviani também salienta que, no período de 1961 até a atualidade, prevalece a concepção produtivista da educação, visão formulada na década de 1950 pela Teoria do Capital Humano. De acordo com Frigotto (2003), a ideia a respeito da Teoria do Capital Humano se afirma na literatura econômica na década de 1950 e, mais tarde, nas décadas de 1960 e 1970, no campo educacional, ao ponto de se criar um campo disciplinar – economia (política) da educação. Assim sendo, as ideias do economista Theodore Schultz, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1979, passaram a exercer influência sobre as políticas educacionais de muitos países, inclusive do Brasil. Schultz (1963), em sua obra *O Valor Econômico da Educação,* revela que não é fácil firmar um conceito tanto sobre educação, quanto de liberdade. No que concerne à educação, ele se posiciona da seguinte forma:

> a educação está, intimamente, associada à cultura da comunidade a que serve e, em decorrência, o conceito de educação difere de uma comunidade para outra. O que a educação tem como constante, em que pese à caracterização emprestada

> por essas peculiaridades culturais, é o "ensino" e o "aprendizado" (SCHULTZ, 1963, p. 18).

Sobre as liberdades, ele as considera substantivas em uma perspectiva multidimensional, relacionadas às teorias que aproximam a economia da educação da teoria do capital humano. Na centralidade da teoria de Theodore Schultz, encontra-se a relevância da educação como investimento, pois essa teoria faz uma abordagem apresentando o ser humano como um dos principais fatores de produção de riqueza, por meio do conhecimento como forma de capital. Em seu livro *Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*, ele evidencia que a educação "é uma das fontes principais de crescimento econômico depois de ajustar-se as diferenças nas capacidades inatas e características associadas que afetam os rendimentos, independentemente da educação" (SCHULTZ, 1973, p.58). É imperioso sublinhar que o capital humano é fruto de todos os investimentos em educação, treinamento, saúde, e outros fatores que aumentam a produtividade individual e, consequentemente, os ganhos. Schultz (1973, p.78), também, realça que a educação:

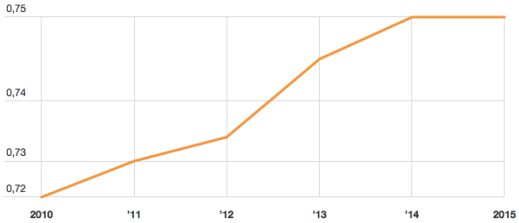
> Embora seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas no momento em que obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como agente produtivo.

Com efeito, pode-se destacar que a teoria do capital humano relaciona proximidade com os sujeitos no que corresponde as suas necessidades. Isso posto, pode-se se afirmar que as satisfações encontram-se relacionadas com as necessidades das sociedades na contemporaneidade, principalmente, porque as satisfações, a partir do conhecimento e saberes, geram benefícios sociais e econômicos. Ressalta-se também que Schultz (1973, p.33) expressa que "ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar". Dessa forma, fica evidente que a teoria não tem uma concepção formatada na perspectiva de assegurar a escolarização para todos e sim, no investimento individual.

O economista Amartya Sen, primeiro indiano (e asiático) a receber o Prémio Nobel da Economia (2000), por suas contribuições para a economia do bem-estar e pela teoria da escolha social, ajudou na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos anos 1990, o chamado indicador da felicidade.

Entende-se por desenvolvimento o modelo em que se coloca o crescimento econômico sob as rédeas da justiça social. Em se tratando do IDH, um indicador elaborado com base na saúde, escolaridade e renda da população, o Brasil ocupou o 79° lugar em 2015, conforme o gráfico:

Gráfico 1 - IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil



Fonte: PNUD (2015)

Observa-se que o país estava em um crescimento ascendente, contudo o índice de 2015 manteve-se o mesmo de 2014. Desta forma, pode-se confirmar que não houve redução das desigualdades sociais e, consequentemente, isto impacta sobremaneira no que concerne o desenvolvimento do país.

O modelo de desenvolvimento em voga impõe, paradoxalmente, acumulação dos recursos financeiros e, ao mesmo tempo, desemprego, desigualdade e exclusão social, amparado na exploração dos recursos ambientais. Contrapondo essa concepção de desenvolvimento, pode-se identificar o pensamento de Sen (2000), que apresenta uma visão de "desenvolvimento como liberdade". A liberdade se constitui em elemento decisivo para o desenvolvimento, pelo menos, por dois motivos:

> 1) A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
> 2) A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas (SEN, 2000, p. 18).

O direito de "ir e vir" não é suficiente, é preciso que as pessoas tenham liberdade para fazer escolhas. Porque,

> Não basta que a lei assegure certos direitos, o fundamental é que os indivíduos possuam as capacidades, as qualificações, as prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência (VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2016, p.22).

Se o desenvolvimento inclusivo está pautado na "[...] eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente [...]" (SEN, 2000, p.10), o desenvolvimento includente "[...] requer, acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos" (SACHS, 2008, p.81).

Assim, entende-se por desenvolvimento o modelo em que se coloque o crescimento econômico sob as rédeas da justiça social e do equilíbrio ecológico. Sendo assim, o desenvolvimento advém da valorização simultânea dos recursos naturais e, sobretudo, da valorização das potencialidades humanas. Segundo Robinson (1961), desenvolvimento deve corresponder à ampliação das possibilidades de escolha: não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas, sobretudo, das oportunidades de expansão das potencialidades humanas, que dependem de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e – *last, but not the least* – liberdade.

Sen (2000) corrobora a opinião de Robinson (1961) ao defender que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O desenvolvimento, segundo ele, não deve ter como objetivo final, apenas, a melhoria de variáveis como crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. Devem-se levar em conta outros determinantes, a exemplo dos serviços de educação e saúde. Ainda segundo Sen,

> O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e distribuição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000, p.18).

Sen (2000, pp.55-57) considera cinco tipos de liberdades instrumentais, a saber: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; e, segurança protetora. As liberdades políticas estão relacionadas com os "direitos civis". As facilidades econômicas "são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca". As oportunidades sociais "são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc.". As garantias de transparência "referem-se às necessidades de sinceridade de que as pessoas podem esperar". E, a segurança protetora "é necessária para proporcionar uma rede de segurança social".

Apesar de Sen (2000, p.55) sustentar que essas liberdades têm importância conjunta em função "dos encadeamentos empíricos que vinculam os tipos distintos de liberdade um ao outro", para efeitos do presente trabalho, importa mais detidamente a liberdade instrumental relacionada com as oportunidades sociais, haja vista que,

> Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas (SEN, 2000, p.56).

Diante do exposto, salienta-se a pré-condição da educação como um dos fatores essenciais para que se possa atingir o desenvolvimento. Sendo assim, a singularidade deste estudo também fica evidenciada.

3. MODELO DE EDUCAÇÃO IMPLEMENTADO PELO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE PARA ASSEGURAR OS DIREITOS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Sobral é um município do estado do Ceará, com uma população de 203.682 habitantes, sendo 166.310 da zona urbana e 21.923 da zona rural. É o quinto município mais povoado do estado e o segundo maior do interior. Situada na região Norte do Ceará, a 235 quilômetros de Fortaleza, a cidade de Sobral se apresenta como o mais significativo referencial de crescimento e desenvolvimento econômico do interior do Estado, constituindo-se em um centro de convergência, por sua ampla e moderna estrutura nos setores da saúde, educação, comércio, indústria, serviços, lazer, cultura e arte. Inserida no rol das cidades que mais se desenvolveram no Brasil, nos últimos 10 anos, e também apresentada como uma das 30 melhores cidades para se morar.

O município de Sobral conserva edificações históricas, como sobrados dos séculos XVIII e XIX, e igrejas, motivo pelo qual foi tombado e elevado à categoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Destacam-se vários espaços culturais, como: Museu Dom José, a Casa da Cultura de Sobral, o Teatro São João, a Biblioteca Municipal Lustosa da Costa, o Museu Madi, o Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras e o Centro de Convenções.

Foto 1 - Casa da Cultura de Sobral

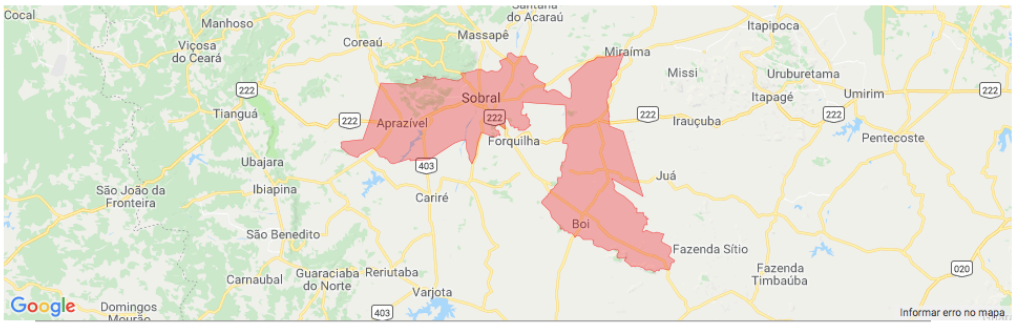
Fonte: Registo feito pela autora

Foto 2 - Teatro São João

Fonte: Registro feito pela autora

Sobral tem os seguintes Distritos: Aprazível, Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Patos, Patriarca, Rafael Arruda, São José do Torto e Taperuaba. E Sobral se limita ao norte com os municípios de Massapê, Santana do Acaraú e Meruoca; ao sul com Santa Quitéria, Goaíras e Cariré; ao leste com Itapipoca, Iraçuba e Canindé, e ao oeste com os municípios de Coreaú, Mucambo e Alcântara.

Figura 1 - Mapa do Município de Sobral



Fonte: Atlas Brasil, 2018

No que concerne à administração, a Secretaria de Planejamento e Gestão do Ceará (SEPLAG) após um estudo, optou pela região de planejamento do Estado do Ceará, conforme Lei complementar n° 154 de 20 de outubro de 2015, com vistas ao aperfeiçoamento das atividades de planejamento, monitoramento e implementação de políticas públicas de forma regionalizada. Desta maneira, estabeleceu-se quatorze territórios, distinguindo áreas que antes eram agregadas no modelo das macrorregiões. De acordo com o Instituto de pesquisa Estratégica Econômica do Ceará (IPECE), uma autarquia vinculada à SEPLAG, Sobral pertence a Região de Planejamento do Sertão de Sobral, tendo uma composição de 18 municípios: Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapé, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota, conforme mostra-se na figura 2.

Figura 2 – Mapa da Região de Planejamento do Sertão de Sobral

Fonte: Instituto de Pesquisa Estratégica Econômica do Ceará (IPECE, 2015, p.35).

No que diz respeito aos aspectos do desenvolvimento sócio-político e econômico do município, considerando os dados que seguem sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Sobral em 2010, registra-se que a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade,

com índice de 0,832, seguida de Renda, com índice de 0,687, e de Educação, com índice de 0,675, conforme é apresentado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Município de Sobral – CE

	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,218	0,369	0,675
IDHM Longevidade	0,594	0,722	0,832
Esperança de vida ao nascer	60,61	68,30	74,93
IDHM Renda	0,516	0,582	0,687
Renda per capita	198,63	299,41	448,89

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2018).

A renda *per capita* média do município cresceu 126% nas últimas décadas, passando de R$198,63, em 1991, para R$299,41, em 2000, e para R$448,89, em 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* passou de 65,68%, em 1991, para 49,43%, em 2000, e para 25,20%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita por meio do Índice de Gini, que passou de 0,59, em 1991, para 0,62, em 2000, e para 0,56, em 2010.

Tabela 2 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Município – Sobral- CE

	1991	2000	2010
Renda *per capita*	198,63	299,41	448,89
% de extremamente pobres	35,83	21,79	8,90
% pobres	65,68	49,43	25,20
Índice de Gini	0,59	0,62	0,56

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2018).

De acordo com os estudos feitos pelo IPECE, a partir dos dados do IBGE, no resultado do PIB cearense, relacionado entre os 184 municípios, em 2015, houve uma concentração espacial da produção dentro do estado, com o município de Fortaleza participando com 43,2% do total. Dos 15 municípios, nove estão na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), um na Região Metropolitana de Sobral (RMS) e este se refere ao município de Sobral, dois na Região Metropolitana do Cariri (RMC), e três localizados no interior do estado. Segundo o IPECE (2017, p.3), nos 15 maiores municípios, segundo o PIB total, a economia, em geral, foi puxada pelos setores de indústria e serviços, com algumas exceções, com destaque para a atuação da Administração Pública (APU).

Tabela 3 - Quinze Maiores Municípios segundo o PIB Total - Ceará – 2015 (R$ Milhares)

Municípios	Mesorregião	Região Metropolitana	Agropecuária	Indústria	Serviços	Serviços (excl. APU)	APU	VAB	Impostos	PIB	% Região Metropolitana
Fortaleza	Grande Fortaleza	RMF	35.669	8.833.630	40.608.284	32.900.261	7.708.023	49.477.582	7.768.453	57.246.034	67,5
Maracanaú	Grande Fortaleza	RMF	5.137	2.644.828	3.750.876	2.949.867	801.010	6.400.841	1.492.455	7.893.296	9,3
Caucaia	Grande Fortaleza	RMF	51.131	1.484.413	3.227.238	2.232.133	995.105	4.762.782	910.586	5.673.368	6,7
Sobral	Sertão de Sobral	RMS	28.364	1.019.581	2.512.455	1.850.726	661.729	3.560.401	519.875	4.080.276	69,0
Juazeiro do Norte	Cariri	RMC	14.563	457.701	3.044.307	2.305.558	738.749	3.516.571	405.058	3.921.628	54,2
Eusébio	Grande Fortaleza	RMF	17.466	985.459	1.131.338	899.003	232.336	2.134.263	586.335	2.720.598	3,2
São Gonçalo do Amarante	Grande Fortaleza	RMF	56.412	772.718	619.879	403.037	216.842	1.449.008	402.339	1.851.347	2,2
Aquiraz	Grande Fortaleza	RMF	91.821	383.218	1.009.150	726.771	282.380	1.484.188	342.540	1.826.728	2,2
Crato	Cariri	RMC	47.009	176.080	1.066.845	701.312	365.533	1.289.934	129.601	1.419.536	19,6
Iguatu	Centro Sul	Interior	69.319	135.584	999.199	697.186	302.012	1.204.101	154.955	1.359.056	4,2
Horizonte	Grande Fortaleza	RMF	89.650	437.878	559.576	336.290	223.286	1.087.103	198.936	1.286.039	1,5
Itapipoca	Litoral Oeste/Vale do Curu	Interior	64.900	174.970	827.832	464.001	363.831	1.067.701	123.045	1.190.746	3,6
Aracati	Litoral Leste	Interior	126.880	236.196	692.240	479.562	212.678	1.055.315	106.774	1.162.090	3,6
Maranguape	Grande Fortaleza	RMF	39.453	230.263	725.666	382.494	343.172	995.382	144.863	1.140.245	1,3
Pacatuba	Grande Fortaleza	RMF	7.981	268.773	501.042	275.147	225.895	777.795	161.594	939.390	1,1
Total (15 Maiores)			**745.752**	**18.241.290**	**61.275.927**	**47.603.347**	**13.672.579**	**80.262.968**	**13.447.409**	**93.710.378**	---
Demais (169 Municípios)			**4.403.688**	**4.177.878**	**25.789.867**	**12.338.367**	**13.451.501**	**34.371.433**	**2.538.978**	**36.910.411**	---
Total do Ceará (184 Municípios)			**5.149.440**	**22.419.168**	**87.065.794**	**59.941.714**	**27.124.080**	**114.634.401**	**15.986.387**	**130.620.788**	---

Fonte: IPECE (2015).

No que concerne ao aspecto político destaca-se que a Prefeitura de Sobral é administrada no atual momento (2017-2020) pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), eleito com 51,44%, pela coligação "Mais competência, Mais resultados", que abrange, em sua composição, diversos partidos.

3.2 PERFIL EDUCACIONAL

No que concerne ao ensino, o município de Sobral (CE) optou pela organização do sistema de ensino em Ciclo de Aprendizagem. Segundo Pereira (2017), a escola estruturada em ciclos insere-se no conjunto de políticas públicas educacionais do país, as quais buscam reverter a situação de fracasso escolar. Pereira (2017, p.61) ainda sublinha que:

> Os ciclos enquadram-se na busca por alternativas que amenizem ou até mudem essa realidade e apontem para a educação que favoreça o pensamento crítico capaz de estimular as pessoas para a busca de uma vida melhor para si e para a comunidade que vivem, de uma sociedade mais justa, tendo condições de lidar como o conhecimento e com as tecnologias para consciente e autonomamente, viver sua condição cidadãs.

A mudança de uma escola organizada em seriação para ciclo indica uma reformulação em engrenagem, ou seja, em sua estrutura, que envolve o processo avaliativo, o currículo e as metodologias. Isso posto, requer, sobremaneira, muito estudo e uma sistemática de formação continuada para compreender o processo de aprendizagem de cada criança e, também, as intervenções para cada fase.

Mainardes (2007, p.73) destaca que, "nos ciclos de aprendizagem, a organização dos grupos e promoção dos alunos baseiam-se na idade dos alunos, assim, ao final dos ciclos de dois ou três anos de duração, os alunos que não atingiram os objetivos do ciclo podem ser reprovados". Mais uma vez, é preciso trazer para as reflexões a consciência política para o desenvolvimento de uma orientação dessa natureza, pois, se não houver um domínio qualificado sobre a concepção do processo de aprendizagem e a relação entre teoria e prática pelos professores, coordenadores e gestores, dificilmente será obtido o sucesso dos alunos, uma vez que a organização da escolaridade em ciclos é um indicativo para uma escola mais emancipadora, logo uma escola que assegura os direitos sociais.

Desta forma, salienta-se que o município de Sobral/CE, no período que compreende aos anos de 1997 e 2000, apresenta a proposição para potencializar a alfabetização das crianças, haja vista que Sobral, assim como muitos outros municípios do território brasileiro, encontravam-se em processo de mudanças para se adequarem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/ 96. Nesse momento, também, a Secretaria de Educação de Sobral resolveu avaliar a capacidade de sua rede no que diz respeito à alfabetização das crianças na idade esperada.

Para a primeira avaliação, obteve-se o apoio do professor aposentado da Universidade Federal do Ceará (UFC), Edgar Linhares, especialista em leitura. Desse modo, foi aplicada a primeira avaliação externa de aprendizagem, aos alunos da 2ª série (final), para verificar aqueles que liam palavras, frases ou textos. Na análise dos resultados da avaliação, constatou-se que metade da turma da 2ª série apresentava incapacidade de leitura, conforme o documento *Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries inicias:*

> Ainda em 2000, os gestores de Sobral tiveram acesso a mais uma fonte de dados sobre a alfabetização de suas crianças: o resultado da avaliação de aprendizagem de alunos de 1ª e 4ª séries realizada pela Fundação Carlos Chagas, via Programa Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna, parceiro do município. Sobral apresentou um dos piores rendimentos entre os municípios participantes do Programa, ficando classificado em penúltimo lugar (BRASIL, 2005, p. 27).

Com pontos tão nevrálgicos no que se refere à aprendizagem das crianças, os gestores educacionais implantaram um processo sistemático de avaliação da aprendizagem de todos os alunos de 2ª à 4ª série (com aproximadamente 12 mil estudantes). No que diz respeito à alfabetização, o município de Sobral, em 2001, apresentava resultados de grande complexidade, principalmente no que tange à aprendizagem das crianças, quase inexistente. Assim, esses resultados apontavam que 60% dos alunos que estavam iniciando a 2ª série, 40% dos alunos da 3ª e 20% daqueles que frequentavam a 4ª série não sabiam ler (BRASIL, 2005).

Com um diagnóstico extremamente crítico, os gestores municipais propuseram a implantação de uma política educacional com a intencionalidade de assegurar a aprendizagem das crianças, com prioridade para a alfabetização nas séries iniciais do ensino fundamental. Dessa forma, em três anos, já se observavam as mudanças na rede municipal de ensino de Sobral. Os esforços continuaram, e, com os resultados satisfatórios, o município de Sobral tornou-se referência em relação à alfabetização.

Nessa perspectiva, verifica-se que o Estado do Ceará abraçou a política da Alfabetização, com o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), em 2007, e, em 2011, implementou o PAIC MAIS, ampliação do Programa para melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos da rede pública até o 5° ano de escolaridade. Em relação ao território brasileiro, foi instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), com a Lei Nº 12.801, de 24 de abril de 2013. Com a implementação desta política, observa-se expressivo resultado não só no município de Sobral, com também em toda a região do estado do Ceará.

Para dar conta da proposta, foi montada uma estrutura, pela Secretaria de Educação do Município, fazendo uma conexão em relação à política de alfabetização, uma vez que, desencadeou uma ação articulada em dois grandes eixos: I - Fortalecimento da Ação Pedagógica, com o objetivo de reorganização do

trabalho em sala de aula, focando nos professores alfabetizadores; e II - Fortalecimento da Gestão Escolar, estabelecendo como centralidade os diretores escolares e a autonomia nas escolas. Assim, a partir de 2001 propõe-se a reestruturação da gestão escolar e promove-se a seleção por critérios meritocráticos, e formação continuada de diretores. De acordo a Secretaria de Educação, o segundo eixo envolve quatro ações básicas: desenvolvimento da autonomia da escola; seleção pública de gestores; formação de diretores, e acompanhamento e avaliação da gestão escolar.

Os Diretores, ao assumirem o cargo, recebem formação em serviços, estruturado em quadro eixos: encontros formativos e cursos de duração mínima; atividades voltadas para ampliação do horizonte cultural; assessoria e aconselhamento, por meio de visitas bimestrais dos consultores; e sessões coletivas para socialização de experiências e orientações para o plano de trabalho (INEP, 2010).

O município de Sobral, no ano de 2017, em sua infraestrutura, apresentou uma composição de 59 escolas, 15 Centros de Educação Infantil, 14 Escolas do Ensino Fundamental, 2 Escolas de Fundamental de 1° e 6º ano, 10 Escolas de Ensino Fundamental II, 18 Escolas do Ensino Fundamental I e II e 56 extensões. A rede pública municipal de educação de Sobral abrangeu um público de 33.728 estudantes matriculados.

Para avalizar a educação do município de Sobral e os efeitos para o desenvolvimento, apresenta-se abaixo os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) em 2014 e 2016. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), a ANA,

> é uma avaliação externa que objetiva aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas. As provas aplicadas aos alunos forneceram três resultados: desempenho em leitura, desempenho em matemática e desempenho em escrita. Além dos testes de desempenho, que medem a proficiência dos estudantes nessas áreas, a ANA apresenta, em sua primeira edição as seguintes informações contextuais: o Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Formação Docente da escola (INEP, 2013).

Neste contexto, a ANA objetiva: avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3° ano do ensino fundamental; produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino; e concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades.

Sobral é um dos poucos municípios do território brasileiro que conseguiu que seus alunos atingisse um percentual significativo em leitura nos anos de 2014 e 2016, fruto de uma política que iniciou em 1997. Assim sendo, obteve, na classificação suficiente adequado (nível 03), em 2014, um percentual 45, 09% e, no desejável, em 2014, 35,57%. Somando, encontra-se um total 80,66%. Em 2016, alcançou, no adequado (nível 03), 35,95% e, no desejável (nível 4), 47,59%. Juntos, perfaz em um total de 83,54%.

Quadro 1: Resultado da ANA em Leitura -2014-2016

	ANOS	INSUFICIENTE		SUFICIENTE	
		ELEMENTAR	BÁSICO	ADEQUADO	DESEJÁVEL
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
SOBRAL	2014	2,87%	16,47%	45,09%	35,57%
	2016	3,13%	13,34%	35,95%	47,59%

Fonte: INEP (2014; 2016).

Ao examinar o resultado da ANA, que trata da escrita, principalmente, no nível adequado (nível 4) e desejável (nível 5), em 2014, no nível 4 obteve 49,61% e, no nível 5, 31,67%, perfazendo um total de alunos na classificação suficiente de 81,28%. E, em 2016, 91,36%.

Quadro 2: Resultado da ANA em Escrita – 2014-2016

	ANOS	INSUFICIENTE			SUFICIENTE	
		ELEMENTAR			ADEQUADO	DESEJÁVEL
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5
SOBRAL	2014	2,74%	10,39%	5,59%	49,61%	31,67%
	2016	2,76%	4,83%	1,05%	53,28%	38,08%

Fonte: INEP (2014; 2016).

No que diz respeito ao resultado da Matemática, na caracterização suficiente adequado (nível 3) e desejável (nível 4), em 2014, somando os níveis 3 e 4, adquiriu 77,14% e, em 2016, alcançou 83,56%.Isto significa dizer que mais alunos com domínio do aprendizado em Matemática.

Quadro 3 - Resultado da ANA em Matemática – 2014-2016

	ANOS	INSUFICIENTE		SUFICIENTE	
		ELEMENTAR		ADEQUADO	DESEJÁVEL
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
SOBRAL	2014	4,63%	18,23%	19,46%	57,68%
	2016	2,94%	13,5%	17,64%	65,92%

Fonte: INEP (2014; 2016).

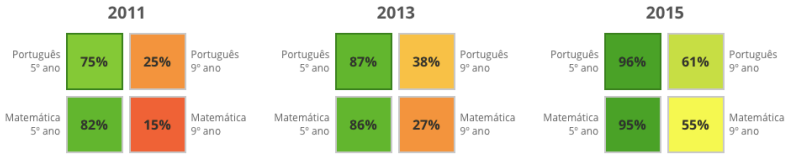
Sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Sobral vem apresentando uma ascendência significativa, em particular, para os anos iniciais do ensino fundamental. O quadro 4 mostra que, em 2005, o município de Sobral obteve 4.0 e, nos anos seguintes, com o resultado da Prova Brasil, superaram as metas projetadas. Em 2009, já havia superado a meta projetada para o ano de 2021. Pode-se confirmar que estes resultados são o fruto do trabalho iniciado com a Política de Alfabetização, iniciada nos anos de 1997, e mantendo-se até os dias atuais, pois observa-se uma continuidade e aperfeiçoamento da política, independente dos partidos políticos dos gestores públicos.

Quadro 4 - IDEB do Município de Sobral

	IDEB OBSERVADO							IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	4.0	4.9	6.6	7.3	7.8	8.8	9,1	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1
Anos finais					5.8	6.7	7,2					6.0	6.2	6.4	6.6

Fonte: INEP (2018).

Figura 3 - Proficiência dos Alunos do 5° e 9° Ano do Município de Sobral– 2011-2013-2015.



Fonte: QEDU(2018).

Observa-se que a proficiência no município de Sobral apresenta uma preponderância de evolução, haja vista o crescimento nos últimos três anos (2011, 2013 e 2015). Assim, tanto em Português quanto em Matemática, os alunos participantes do processo foram classificados em níveis avançado e proficiente. Em Português, em 2011, 32% avançado e 43% em proficiente, num total de 75% dos alunos. Em 2013, 49% em avançado e 38% em proficiente, com um total de 87%. Nota-se que foi ampliado o número dos alunos classificados em nível avançado em 11%. E, em 2015, 73% em avançado e 23% em proficiente. Nesse ano, ampliou em 24% o número de alunos em nível avançado em relação aos números de alunos em 2013.

Quadro 5 - Nível dos Alunos do 5° ano que realizaram a Prova Brasil – 2011-2013-2015

Legenda	2011		2013		2015	
	Presença	Realizaram	Presença	Realizaram	Presença	Realizaram
	Português 75%	**Matemática 82%**	**Português 87%**	**Matemática 86%**	**Português 96%**	**Matemática 95%**
Avançado	32%	47%	49%	58%	73%	79%
Proficiente	43%	35%	38%	28%	23%	16%
Básico	21%	14%	11%	11%	4%	4%
Insuficiente	4%	4%	2%	3%	0%	1%

Fonte: QEDU (2018)

Vale destacar que a dominação de resultados expressivos, especialmente, em relação a aprendizagem dos alunos, aponta Sobral como um modelo de educação para o desenvolvimento. A partir de 2017, Sobral agrega mais um elemento que fortalece a educação e o desenvolvimento, compartilhando as estratégias adotadas pelo Município que o tornaram referência em educação pública de qualidade. Por meio da sua Secretaria da Educação deu inicio aos Seminários sobre a Experiência Educacional de Sobral. O evento reúne, geralmente, prefeitos, secretários de educação, vereadores, educadores e acadêmicos de vários Estados e municípios do Brasil tornando assim, o município no centro turístico de desenvolvimento educacional.

No que concerne ao desenvolvimento, Dowbor (2006) enfatiza que necessita cada vez mais de pessoas informadas sobre a realidade onde vivem e trabalham. Assim a ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. A educação deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformar a região. Para esse autor as pessoas que convivem num território têm de passar a conhecer os problemas, comuns, as alternativas, os potenciais, desta forma, compreende-se que a escola tem um papel preponderante com os sujeitos, principalmente, no que refere-se a garantia do aprendizado elementar e da consciência crítica.

> A escola passa assim a ser uma articuladora entre as necessidades do desenvolvimento local, e os conhecimentos correspondentes. Não se trata de uma diferenciação discriminadora, do tipo "escola pobre para pobres": trata-se de uma educação mais emancipadora na medida em que assegura ao jovem os instrumentos de intervenção sobre a realidade que é a sua (DOWBOR, 2006, p.5).

Assim sendo, uma das funções da escola, continua sendo a de democratizar o acesso aos saberes. E, os sujeitos com saberes assegurados contribuem, sobremaneira, para o desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme expressa Sen (2000), "a pobreza não é simplesmente a falta de renda de uma pessoa, mas sim a privação de suas potencialidades". As potencialidades significam uma ideia de igualdade de oportunidades, de modo a que as pessoas possam levar suas vidas do jeito que pretendem, lutando pelo alcance dos seus objetivos. As oportunidades, principalmente sociais, envolvem não apenas a disponibilidade de recursos, mas também o acesso das pessoas a esses recursos. E um dos fatores preponderantes para assegurar esses recursos é, sem dúvida, a educação.

Desta forma, a reflexividade sobre a educação e o desenvolvimento, expostos neste trabalho, ocorrem de forma entrelaçada. Entende-se que a garantia dos direitos sociais favorece sobremaneira o desenvolvimento não só local como regional.

Vale destacar que autores, como Demo (1999) e Sen (2000), tratam da Alfabetização. Para Demo, o sentido mais profundo é propedêutico, ou seja, de iniciação à habilidade de saber pensar e de aprender a aprender, de teor político. De tal modo, que saber ler, escrever e contar representa um substrato formal para o exercício da cidadania. E, para Sen, as pessoas que recebem educação obviamente se beneficiam

com isso, mas, além disso, uma expansão geral da educação e alfabetização em uma região pode favorecer mudança social, além de ajudar a aumentar o progresso econômico, que beneficia também outras pessoas e favorece ao desenvolvimento. Um exemplo e modelo é o município de Sobral.

Assim, tomemos emprestado novamente as reflexões de Demo (1999), que enfatiza que a relação entre educação e desenvolvimento será tanto menos fantasiosa quanto mais for mediada pela aprendizagem colaborativa e reconstrutiva de tessitura política, ligada à formação de um sujeito capaz de história própria, individual e coletiva, ou seja, emancipatória.

Deste modo, vale frisar que a educação e o aprendizado, são fatores importantes para a redução das desigualdades sociais e como forças estimuladoras do desenvolvimento econômico. E ao relacionar educação e desenvolvimento, não se deve pensar neles como processos independentes.

Durante muito tempo se acreditou que o fator econômico era o único determinante do desenvolvimento. Na atualidade compreende-se que o desenvolvimento apresenta muitas dimensões: econômica, social cultural, científico, tecnológica dentre outros. Assim, corrobora o que vem ocorrendo no município de Sobral, a efetivação da política de educação assegurando todos os direitos sociais da criança, jovem e adolescentes.

Desta forma, podemos considerar que o município de Sobral emana a superação dos velhos problemas da população no que corresponde a educação ao fazer investimento nas dinâmicas de suas potencialidades, em particular, investimento no âmbito educacional, ainda que seja, na política de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, que consideramos estruturante para a melhoria da qualidade das aprendizagens ao longo da trajetória de escolarização das crianças. Observamos, que a manutenção dessa política que já dura 20 anos atravessando ciclos de gestões governamentais, vem se consolidando como uma política de estado e promovendo evidências de impactos significativos no contexto educacional, retratados, dentre outros elementos, pelos indicadores educacionais de Sobral, que ganham destaques local, regional e nacional influenciando a dinâmica de desenvolvimento do município.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Sobral/CE*. PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Disponível em:< http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sobral_ce >. Acesso em: 13 out. 2018

BRASIL**.** *Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009*. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm >.Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990***.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.394/1996***.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. *Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries inicias*: a experiência de Sobral/CE. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 171 p.: il. – (Série Projeto Boas Práticas na Educação); n. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. *O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto.* Brasília : MEC/SASE, 2014.

BUARQUE, Cristovam. *A Revolução nas Prioridades*: da modernidade técnica à modernidade ética. Paz e Terra. 2000.

CEARÁ. *As Regiões de Planejamento do Estado do Ceará* – IPECE. 2015. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/textos_discussao/TD_111.pdf>. Acesso em 01 ago. de 2018.

CEARÁ. *PIB dos Municípios Cearenses – 2015*. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/informe/ipece_informe_121_15_Dezembro_2017.pdf. Acesso em: 13 ago. 2018.

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. 7 Rio de Janeiro: ed. F. Alves, 1980.

DEMO. Pedro. *Educação e Desenvolvimento*: mito e realidade de uma relação possível e fantasiosa. Campinas (SP): Papirus, 1999.

DOWBOR, Ladislau. *Educação E Desenvolvimento Local.* 2006. Disponível em: <http://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html/ > Acesso em: 10 nov.2018.

Fundação Lemann e Meritt (2012): *Portal QEdu*. Disponível em:< http://www.qedu.org.br/cidade/3692-sobral/aprendizado >. Acesso em: 13 out. 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HUGHES. Phillip. Objetivos, Expectativas e Realidades da Educação para Jovens. IN: DELORS, Jacques (Org.). *A educação para o século XXI*: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 2° Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018.* – Brasília, DF: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1476034 > Acesso em: 20 jul. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA):* documento básico. Brasília. 2013

MAINARDES, Jefferson. *Análise de políticas educacionais*: breves considerações teórico-metodológicas. Itajaí: Contrapontos, 2009.

MARINA, José Antonio. *El bosque pedagógico y cómo salir de él*: con la colaboración de Mariola Lorente Arroyo y María Teresa Rodríguez de Castro. Disponível em: <https://static0planetadelibroscom.cdnstatics.com/libros_contenido_extra/37/36584_El_bosque_pedagogico.pdf>. Acesso em: 17 jun.2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social:* teoria, métodos e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PAPADOPOULOS. George S. Aprender para o Século XXI. In: DELORS, Jacques (Org.). *A educação para o século XXI:* questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PEREIRA. Maria Susley. Avaliação, ciclos e progressão continuada: questões relevantes. IN: VILLAS BOAS. Benigna. *Avaliação:* interações com o trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2017.

RANIERI Nina Beatriz Stocco. *O direito educacional no sistema jurídico brasileiro.* In: Justiça pela Qualidade na Educação. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

RANIERI. Nina. Educação Obrigatória e gratuita no Brasil: um longo caminho, avanços e perspectivas. In: RANIERI, Nina Beatriz Stocco. ALVES, Angela Limongi Alvarenga. (Orgs). *Direito à Educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar.* São Paulo: Cátedra Unesco de Direito à Educação /Universidade de São Paulo (USP), 2018.

ROBINSON, Joan. *Equilibrium growth models.* The American Economic Review, v. 51, p. 159-167, june 1961.

ROMANELLI, O.O. *História da educação no Brasil*: 1930/1973. Petrópolis: Vozes, 1987.

ROSSINHOLI, Marisa. *Política de Financiamento da Educação Básica no Brasil*: do FUNDEF ao FUNDEB. Brasília: Liber Livro, 2010.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento:* includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNESCO. *Educação para todos:* o compromisso de Dakar. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf> Acesso em: 23 Maio 2018.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Ações públicas, redes de cooperação e desenvolvimento local: introduzindo o debate. In: Mário Vasconcellos Sobrinho; Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos. (Org.). *Ações públicas, redes de cooperação e desenvolvimento local*: experiências e aprendizados de gestão social na Amazônia. Belém: UNAMA, 2016.